

XXI Semana de Iniciação Científica da URCA

05 a 09 de novembro de 2018
Universidade Regional do Cariri

ACESSIBILIDADE EM EDIFÍCIOS PÚBLICOS: UM ESTUDO REALIZADO NA SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL DA CIDADE DE ANTONINA DO NORTE – CE.

Francisco Michael Jackson Nogueira de Oliveira¹, Maria Jessica Silva Mota², Jessica Dieli Ribeiro da Silva³, Jefferson Heráclito Alves de Souza⁴

Resumo: As pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida enfrentam diariamente limitações no seu deslocamento, estas limitações estão aliadas diretamente com o problema de acessibilidade, ou seja, com a falta de condições para o sujeito possa comporta-se normalmente na sociedade ou comunidade em que vive. Historicamente, o termo acessibilidade surgiu na década de 40, inicialmente foi descrito como condição de mobilidade e eliminação de obstáculos ou barreiras arquitetônicas e urbanísticas, referindo-se claramente as condições de acesso a edifícios e meios de transporte. No Brasil o direito a acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, fundamenta-se nos direitos humanos e de cidadania, sendo este regulamentado pela NBR 9050/2015, da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT. O presente estudo nasceu da reflexão sobre a necessidade de acesso ao edifício sede da Câmara Municipal da Cidade de Antonina do Norte – CE. As observações sobre a precariedade do acesso e deslocamento de visitantes ao local levaram a alguns questionamentos: O acesso a este edifício público municipal é garantido a todos? Como um cidadão com deficiência ou mobilidade reduzida se descolaria dentro deste espaço? O que fazer diante destas situações? Foi com base nestes questionamentos que os autores decidiram realizar um estudo do local a fim de propor soluções para os problemas encontrados. Como estratégia metodologia para o desenvolvimento deste trabalho, foi realizado um estudo bibliográfico e uma visita para constatar os acessos ao edifício, às obras de acessibilidade já existentes e as condições de deslocamento no interior do edifício. O estudo apontou precariedade nas condições de acesso ao edifício público, como a rampa com inclinação incorreta, corredor e portas sem espaçamento adequado e ausência de rampas em alguns locais. Mostrou que apesar dos avanços no âmbito da acessibilidade e dos programas de inclusão social conquistados nas últimas décadas, dentre os quais destacamos a NBR 9050/2015, ainda há muito a ser feito. Quanto aos questionamentos que levaram ao estudo, as respostas parecem ser fáceis e óbvias, não existem condições essenciais para o acesso e descolamento interno no edifício por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Portanto, apesar se ser um edifício público, o mesmo não é acessível a todos.

Palavras-chave: Acessibilidade. Edifício Público. Inclusão.

¹ Universidade Regional do Cariri, email: mjacksonnogueira@outlook.com

² Universidade Regional do Cariri, email: jessicamotta181@hotmail.com

³ Universidade Regional do Cariri, email: jessicadieli@hotmail.com

⁴ Universidade Regional do Cariri, email: heraclito.prof@gmail.com